

do Município de Cabo Frio. Com relação ao Senador Janio das
Branco Mendes quanto a desapropriação de um imóvel para am-
pliação do Estádio Loução, disse que tal procedimento alimentava
apenas um quadro que em nada contribuía para o engrande-
cimento do Município e que alimentava lutas divisórias na fuga
a objetivos maiores do debate legislativo, no que encerrou sua fala.
Não havendo mais oradores inscritos para o uso da tribuna, o
Senhor Presidente conduziu os trabalhos para a Ordem do Dia. Na
ta etapa foi aprovado parecer favorável da Comissão de Saúde,
Bem-Estar e Meio Ambiente e encaminhado para a Comissão
de Legislação Geral. Projeto de Lei nº 004/2001 e 005/2001, foi aprova-
do o requerimento nº 042/2001 e as Indicações nºs: 154, 158, 159,
160, 163 e 164/2001. Foram retiradas a pedido do autor as Indicações
nºs: 156 e 157/2001. Diminuída a Ordem do Dia e não havendo
oradores para o uso da tribuna em explicação pessoal, o Senhor
Presidente encerrou a presente sessão em nome de Deus. E, para
constar, solicitou que se lavrasse a presente ata, que depois de
lida, submetida à aprovação plenária, aprovada, não assinada
para que produza seus efeitos legais.

He [Assinatura]
Senador João Loução

Ata da décima quinta sessão ordi-
nária do Primeiro Período Legisla-
tivo da Câmara Municipal de Cabo
Frio, realizada no dia 19 de novembro
de abril do ano de 2001 (dois mil
e um).

As dez horas do dia 19 (deze-
nois) do mês de abril do ano de 2001 (dois mil e um), sob a presidência
do Senhor Senhor João Loução e com a participação da Primeira Se-

estava pelo Síndico Ricardo Lima da Rocha, durante Ordinarium -
 mente a Câmara Municipal de São João del-Rei, responderam a esta
 medida regimental os seguintes Vereadores: Ayr Vilvo da Rocha, Altunir Pa-
 es da Silva, Amaury Valério Thomas Júnior, Antônio Carlos de Carvalho Van-
 dade, Augusto Sylvio de Aguiar de Carvalho, Eduardo Corio Rita, Ema-
 noel Fernandes Aguiar da Silva, Gustavo Antônio Guimarães Branger, Já-
 nio dos Santos Mendes, José Eduardo Vilvo de Almeida, Luis Carlos de
 Paulo César da Gama Almeida, Luiz Roberto de Souza e Vilvo Rodrigues
 Diniz. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a
 presente Sessão em nome de Deus. A seguir, foi lida e aprovada a seguinte
 Ata: Da do décimo segunda Sessão Ordinária do Sumário período de que
 trata a seguir, o Senhor Presidente após o cumprimento do rito regimental
 sobe ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que consta
 do seguinte: Comunicação: Prefeitura Municipal de São João, assunt: Convite
 todos os Vereadores para show de abertura em comemoração do dia do
 Trabalhador, com grande banda Gospel, a realizar-se no dia 28 de abril
 do ano em curso, a partir das 20.00 horas. Projeto/GARBE - CT n° 013/2001
 Prefeitura Municipal, assunt: Encaminha o Projeto Executivo n° 001/
 2001, Projeto/GARBE - CT n° 014/2001 - Prefeitura Municipal, assunt: En-
 caminha o Projeto Executivo n° 003/2001, Projeto/GARBE - CT n° 015/2001 - Prefe-
 ita Municipal, assunt: Encaminha o Projeto Executivo n° 004/2001,
Projeto/GARBE - CT n° 024/2001 - Prefeitura Municipal, assunt: Em resposta à
 Indicação n° 058 e 059/2001 de autoria do Vereador José Eduardo Vilvo
 de Almeida, Projeto/GARBE - CT n° 025/2001 - Prefeitura Municipal, assunt:
 Em resposta à Indicação n° 061/2001, de autoria do Vereador Luiz Roberto
 de Souza, Projeto/GARBE - CT n° 026/2001 - Prefeitura Municipal, assunt:
 Em resposta à Indicação n° 063/2001, de autoria do Vereador Eduardo
 Corio Rita, Projeto/GARBE - CT n° 027/2001 - Prefeitura Municipal, assunt: Em
 resposta à Indicação n° 065/2001, de autoria do Vereador Amaury Valé-
 rio Thomas Júnior, Projeto/GARBE - CT n° 028/2001 - Prefeitura Municipal, assunt:
 Encaminha o Balanço referente ao mês de dezembro, de 2000, Projeto
n° 056/189599/2001 - 189599, assunt: Encaminha o Balanço refe-
 rente ao mês de março/2001, Projeto de Lei n° 013/2001 - Vereador Altunir

Graco da Silva, assunto: Isena obrigatório as farmácias do Município de Lago São Luiz nos prateleiros assunto por entre dos medicamentos indicados na lista de genéricos do Ministério da Saúde, Projeto de Lei nº 014/2001 - Prefeito Municipal - RB nº 002/2001, assunto: Dispõe sobre o Programa de Assistência Social e Rádico Hospitalar do Município do Município, denominado "IBASCAF - Assistência", estabelece novas cotas de contribuição para o seu custeio, revoga dispositivo da Lei nº 1.479, de 4 de novembro de 1999, e dá outras providências; Projeto de Lei nº 015/2001 - Prefeito Municipal - RB nº 003/2001, assunto: Altera a tabela de dos Gatos 82 e 83 da Lei Orgânica Municipal, Projeto de Lei nº 016/2001 - Prefeito Municipal - RB nº 004/2001, assunto: Dispõe sobre a prestação honorária do Conselho Municipal de Saúde, revoga a Lei nº 1.081, de 20 de julho de 1991, e dá outras providências, requerimento nº 043/2001 - Vereador da Alcaide Graco da Silva, assunto: requer ao Governador do Estado do Rio de Janeiro a ampliação da Ponte que atravessa o Canal Salinas em Ilha do Itapuna, na cidade de Lago São e liga a Ponta do Ambrósio, na cidade de São Pedro d'Aldeia, requerimento nº 045/2001 - Vereador Gustavo Antônio Guimarães Buarque, assunto: requer envio de expediente ao Exmº Sr Governador do Estado do Rio de Janeiro, solicitando obras de pavimentação, saneamento e água para o Bairro Aquários e Santo Antônio, 2º Distrito de Lago São, Indicação nº 153/2001 - Vereador Luiz Silva da Rocha, assunto: solicita ao Exmº Sr Prefeito Municipal a criação de plantão médico e manuseio de consultas por telefone ou internet; Indicação nº 0162/2001 - Vereador Silas Rodrigues Berto, assunto: solicita ao Exmº Sr Prefeito Municipal, eventos Evangélicos com artistas conhecidos do público e genuinamente evangélicos, e compatível aos eventos realizados, com a direção da Igreja Pública; Indicação nº 0166/2001 - Vereador Rui Barchado de Faria, assunto: solicita ao Exmº Sr Prefeito Municipal a construção de uma creche em Unamar, 2º Distrito de Lago São, RJ. Indicação nº 167/2001 - Vereador Rui Barchado de Faria, assunto: solicita ao Exmº Sr Prefeito Municipal a construção de quadra poliesportiva em Unamar, 2º Distrito de Lago São Indicação nº 169/2001 - Vereador Luiz Silva da

Rocha, assunto: voluta ao Excmº Sr. Prefeito Municipal a aquisição, por parte da Secretaria Municipal de Educação, de exemplares do professor Roque de Aguiar Neto, intitulada "AO RE DA LÉTTA". Indicação nº 0171/2001 - Vereador Altair da Graça da Silva, assunto: voluta ao Excmº Sr. Prefeito Municipal pavimentação e urbanização da rua Blix, no Bairro Estrela, Indicação nº 172/2001 - Vereador Altair da Graça da Silva, assunto: voluta ao Excmº Sr. Prefeito Municipal pavimentação e urbanização da rua João Paulo, no Bairro São José. Em seguida a leitura do expediente, o Senhor Presidente franqueou a tribuna aos Vereadores inscritos. Como primeiro Orador inscrito, ocupou a tribuna o Vereador Altair da Graça da Silva, que inicialmente agradeceu as autoridades de praxe e falou de seu orgulho em ocupar a tribuna. A seguir falou da criação do NUEL, primeiro Núcleo Cultural Espiritual da Graça do Siqueira que não atende apenas a comunidade na área cultural e espiritual e ainda com cursos profissionalizantes e palestras de interesse público no intuito de ajudar a criança e o adolescente no contexto social e que assim encurtava o tempo em que as crianças ficavam na ociosidade. Falando sobre o NUEL, disse que fora criado no dia sete de abril do corrente ano e que estiveram presentes o Secretário de Cultura e os Vereadores Augusto Silva dos Santos de Carvalho e Luiz Roberto de Souza. Adiante, falou do projeto de lei de sua autoria que dispõe sobre a obrigatoriedade das farmácias de todo o País terem presente por meio dos remédios indicados na lista de genéricos do Ministério da Saúde. Disse ainda, que havia se inspirado no pronunciamento do Ministério da Saúde em programa televisivo, onde o Ministério obrigava a população brasileira a responsabilidade de cobrar das farmácias a venda dos medicamentos genéricos. A seguir, fez texto referente a regulamentação dos medicamentos genéricos. Encerrou sua fala dizendo que contaria com o apoio dos ilustres Vereadores para a aprovação do projeto em questão. A seguir, ocupou a tribuna o Vereador Luiz Roberto de Souza, que iniciou sua fala discorrendo sobre o conteúdo da pauta daquela sessão. Disse que a primeira proposição de Emenda à Lei Orgânica do Município, proposta encaminhada a Câmara do pelo Executivo Municipal e que teve a oportunidade de examinar com

afirma. Disse ainda, que a Comissão da cidade de J, previa a colação em dois turnos com intervalo de dez dias e outra que em primeiro análise complementaria aquela mensagem e que para que fosse analisada no processo foi alterada visto que a Comissão a seu Organico alterou os Artigos 82 e 83 que faziam referencias ao Conselho Municipal de Saude e a Senha que Comissao tratava de dar nova redacao a Lei que instituiu o Conselho Municipal de Saude. Adiante disse que a primeira mensagem tratava de alteracao da politica de Saude do Servidor Municipal especifica do IBASCAF cuanda uma aliquota de atendimento a Saude. No entanto disse que acreditava que para o desenvolvimento de novo programa o Servidor talvez passasse a ter direito a plano de Saude, ou a um sistema diferenciado talo este que não estava especificado na mensagem, era-se uma aliquota que iniciava com 2.5 e evoluiria 0.25 a cada segundo, com um teto estabelecido para cada nivel salarial. Destacou que ha quatro anos o Servidor não tinha nenhuma noticia a respeito do questao em Saude e que ja se para o quinto ano de gestao do atual Governo e o Servidor somente havia conseguido dez por cento de reajuste no ano de dois mil, e ainda, que o salario para conceito a medio de dez por cento ao ano por negociacao da inflacao neste periodo e que os salarios dos funcionarios Municipais ja era elevado 42.01%. Destacou que em processo salarizar o Servidor, uma vez que seu salario vinha sendo defasado em decorrência das mudancas economicas e que hoje o menor salario pago ao Servidor da Prefeitura era de cento e quarenta e tres reais, e ainda, que o ganho do servidor Municipal não acompanhara o crescimento da receita do Municipio. Prossequendo, disse que tem acompanhado alguns dos pontos locais o debate acerca das filas do PAM, onde o Prefeito Alain Espino disse que extinguiria tal problema. Disse ainda que tal fato indignara a todos os segmentos da sociedade e que isto se devia a existencia de uma politica de Saude. Destacou que nos ultimos quatro anos houve a reducao alarmante dos gastos publicos do SUS, afetando a populacao, e que era possivel combater o desrespeito do Poder Publico com os mesmos favorecidos, abandonando

nados à própria sorte "ingombrados" nas entradas e emergências dos hospitais do Município, e ainda, que a única obra física construída na área de saúde foi o hospital do segundo Distrito que até o momento não funcionava, transferindo os doentes para Labo Ivo, e os necessitados de cirurgia ou internação para o Hospital de Lepra de São João Baptista que faltava em Labo Ivo uma definição de política pública de saúde ou seja, o plano PAIF que foi programa de Governo do médico e vice-médico Benquinto Mendes para regularizar o sistema de saúde e que tal plano ainda não havia sido do papel, e que era um diploma ao por de "papalhau" o que evidenciava o desrespeito pelo cidadão caboverde. Ainda sobre as filias do PAIF, disse que no local a atitude do Prefeito Alvaro Louco, irmão, que o Governo deveria assumir a responsabilidade e implementar políticas públicas de resolução de problemas. Negou a desativação do programa Saúde de Família implantado pelo Governo José Baptista e que a partir de janeiro de 2001 foi retomado pelo Governo federal, como o PSF Programa de Saúde da Família com agentes comunitários de saúde, e ainda que a desativação do Programa Saúde de Família havia acarretado atraso na política de saúde pública, sendo assim, teria que se fazer uso de programas emergenciais. Adiante, disse que tal fato deveria servir como lição e que do adiante os usuários pudessem contar com programas de orientação que dignificassem o atendimento ao cidadão caboverde. Adiante disse que nos últimos quatro anos o único serviço que existia fora o de Obstetrícia, que funcionava para os SUS aproximadamente quarenta e cinco mil duas mil, segundo balanete de outubro a dezembro de dois mil trezentos sua fala conclamando aos colegas colegas para que através do esforço e empenho do Poder Legislativo pudessem ser garantido ao cidadão, uma política abrangente que fosse a recuperação da política nacional perdida nos últimos quatro anos de Governo da região, ocupou o tribuna, o Vereador Emanuel Soares dos Santos da Silva, que iniciou seu discurso falando de sua experiência pelo Município de Ivo Sanito, Vitorioso do Ribeirão, Sítio e Itaboca, onde fora muito bem recebido e ouvia palavras eloquente a

respeito da cidade de Lagoa, o que muito o embaixou, destacando-se a administração do Prefeito Alair Pontes. Prosseguiu disse que não atua em Itaipava com os quais mantém contato, Virgínia Laf em Itaperiá em Lagoa, Benito Emanuel Rodrigues Presidente da Câmara, Roberto Abraão de Sá Presidente, Paulo Rodrigues Neto em Conceição de Igarabá mantiveram contato com o Vereador Henrique da Saúde e o Agente de Defesa do Meio Ambiente Sr. Dalmo dos. Adiante, comentou sobre Projeto de Lei de sua autoria, em Itaipava, dispõe sobre a criação do Rio do Gavi, com fundamento a seguir sobre o acúmulo da laboriosa tarefa. Encimou sua fala agradecendo aos Ilustres Vereadores pelo atencioso dispêndio ao seu discurso. O seguinte, ocupou a tribuna o Vereador Roberto Fernandes Pontes, que fez seu pronunciamento sobre o pronunciamento do Vereador Sérgio Mendes, debatendo as críticas dirigidas a área de saúde do Município na atual administração. Disse que o referido Vereador fora Secretário no Município José Bonifácio, período em que o Município atravessava uma de suas piores crises inclusive na saúde, visto a omissão do Estado Prefeito. Observou que a tarefa de reconstrução da cidade continuava, com o Prefeito Alair Pontes investindo entusiasmamente em todas as áreas, mas que a tarefa para ser concluída exigia esforços constantes, e ainda, que no decorrer do Governo muitas outras obras seriam realizadas. Em alusão ao depoimento do Vereador Emanuel Fernandes disse que refletiu o zelo e a responsabilidade do atual Governo, até mesmo com efeitos positivos em outros Municípios. Sendo em relação ao Governo do RJ, disse ser importante que fosse explicada o destino do dinheiro público naquela época, visto o abandono a que ficou relegado o Município. Disse não acular quando faziam comparativos de verbas recebidas pelo Governo José Bonifácio e pelo Governo Alair Pontes, visto que tais recursos eram superiores nas épocas próprias, para os investimentos reclamados pelo Município e assim, Alair Pontes com os mesmos recursos realizara muito mais. Adiante, disse que a saúde no Brasil vivia em crise e que tais reflexos estavam no fechamento de Hospital do Anacleto do Lago, com as dificuldades do Município de São João d'Alcides e até mesmo municípios que recebem um mil

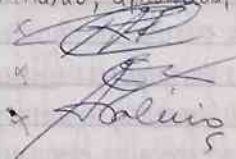
Italo de Royallhes, mas não envolveu na construção de um hospital, e assim Labo não era o destino final de todos aqueles que necessitavam dos serviços na área da saúde. Adiante disse que ficou entristecido com o empultamento da oposição denegrindo a imagem do atual Governo usando sempre embílicos que não retratavam a cidade dos fatos. Disse ainda que o estado Governo do PDT, ao indicar o mandato deuxano o serviu com o pagamento do 13º salário, e que todas as obrigações deixadas foram honradas pelo Governo Alceu Cordeiro, considerando uma mera manobra política a defesa dos funcionários por parte da oposição, quando todos testemunharam que ao funcionários por parte da oposição, quando todos testemunharam sempre por negado tudo pelo Governo fora bonificação. Lembrou que a época do Governo do PDT Labo não era a imagem do desânimo, da desorganização, com os furistas fugindo e os comerciantes fechando as portas de seus estabelecimentos quando o caos social na cidade. Comentou sobre a sujeira da cidade no Governo do PDT, com curules bastando de frente a Igreja Santa Luz e lixo se amontoando pelas ruas, as ruas negras proliferando nos Bairros periféricos, e assim, não admira que o Vereador da oposição usando de embílicos de subterfúgio o Governo Alceu Cordeiro eijos méritos estavam sendo reconhecidos não apenas pela opinião pública cabotânea, mas por autoridades de todas as instâncias e pelos furistas que aqui ficaram admirados com a organização da cidade. Anunciou o desejo que o Governo Municipal estava finalizando projetos para investir prioritariamente na área da saúde e que assim o laborioso teria um atendimento exemplar e mais que os outros Prefeitos faziam o mesmo procedimento no sentido de não prejudicar o trabalho que estava sendo desenvolvido pelo Prefeitura de Labo não. Adiante disse que felizmente a opinião pública estava supreendentemente esclarecida, e assim o discurso do Vereador da oposição se perdeu no vazio de suas palavras e na liberdade de seus argumentos e mais, que motivado por tantas mentiras perdeu algum tempo debatendo seus embílicos, mas, na verdade gostaria de estar falando sobre os 31 anos de vida política do Prefeito Alceu Cordeiro e a sua grande obra sempre voltada para o interesse

re da coletividade, mas que infelizmente com o tempo que restava o seu poder de síntese não veio apropriado, avultando tantos negócios que gostaria de esboçar. Disse à seguir que não podia falar do bairão em Laboário aquele que participava do Governo que comprava equipamentos hospitalares usados e pagava como novos, assim como a compra de máquinas e caminhões sem processo licitatório, mentir ao afirmar que haviam sido investidos trezentos mil reais no início de construção de Ginásio Desportivo, ou autorizar construção de hotel em área de Sambaqui no bairro do forte, para depois revogetar licença em nome da opinião pública. Reportou-se a campanha eleitoral sofrida pelo seu pai e, a distribuição de panfletos caluniando o Senador Antônio Bonicé e sua família, tendo como autor o Senador do PDT. Enunciou sua fala afirmando que apesar das críticas e ataques destrutivos, não perseverar na vida pública e seria eleito Deputado Estadual no Município de Povo Novo, pois, esta era a vontade do povo Povo Novo. A seguir, ocupou a Tribuna o Senador Quintino Antônio Guimarães Branquinho, comentando inicialmente que algumas denúncias apresentavam dúvidas e que infelizmente a "linha" (sic), recebeu tudo. Prosseguindo, referiu-se a Projeto de Lei de sua autoria tramitando nos Comissários Técnicos, o que apesar de pleito dirigido à Mesa em início de abril, ainda permaneciam sem qualquer parecer, embora os pareceres regulamentares que regulavam a atividade legislativa quanto a Projeto disse que expandido o prazo regulamentar cumpria ao Presidente nomear Relator Especial, o que até o momento não ocorreu. Reportou que um dos Projetos tratava da questão do recebimento para ginásios, já explicado previamente. Solicitou a seguir que a Presidência fizesse cumprir o cumprimento interno. Prosseguiu discutindo sobre desapropriação de imóvel localizado à Avenida Joaquim Soares, de propriedade do jornalista Gibson Reis, através do Decreto 2722/2001, e que tal procedimento seria estendido pelo Município até a Rua Cipriano Barboza Guimarães, para atender a obras de ampliação do Estádio Bonicé. Prosseguindo, solicitou informações ao Presidente da Casa e ao líder do Governo, frisando que o procedimento seria

to sua entrar com requerimento em Juízo, mas, como tinha certeza da não aprovação preferiu levar seu sentimento quanto a matéria, expondo que os esclarecimentos com referência as desapropriações foram dados pelo Presidente ou pelo Poder Executivo, e se tal ato estava embasado na lei de Responsabilidade Fiscal. Disse que analisando a LRF, poderiam constatar haver indícios de transgressão ao texto legal que no Artigo 15 afirmava: "Quão considerado nos autorizados, irregulares, lesivos ao Patrimônio Público, a quebra de despesa ou omissão de obrigação que não esteja ao disposto no Artigo 16 e 17 desta Lei". Lembrando, disse o Orador seu crime de autoridade desobediência a LRF. Disse ainda, que o referido diploma falava em outros artigos e parágrafos, da necessidade de estar previsto na Lei Orçamentária ou na LDO, a obra a ser programada. Disse que a par de transgressão também a Constituição Federal, sobretudo o aspecto social, na medida em que os cidadãos a serem atingidos pelo ato desapropriatório, deveriam ser devidamente informados. Destacou também que o processo foi mal instruído no seu início argumentando que a via pública por ser patrimônio de uso comum do cidadão, deveria ser desapropriado, não podendo ser tal a aquisição jurídica ser efetuada pelo simples vontade do Executivo, e ainda que deveria ser dado o conhecimento a Câmara Municipal. Lembrou que na condição de Vereador na antela a todo momento a esclarecer fatos, e ainda, que não lhe era dado o direito como representante do povo a perguntar ou a saber detalhes. Questionou quanto a existência de previsão Orçamentária para ao disposto na Lei complementar 361 de 4 de maio de 2000, ou se ainda faz a LDO, com descobrimentos no fluxo orçário daquela república e as consequências que poderiam advir para moradores e comerciantes. Encerrou seu relato reiterando requerimento verbal ao Presidente e ao líder do Governo para que esclarecessem quanto a desapropriações visando obras de emprego do Estado Local. Como último Orador emblema, ocupou a tribuna o Vereador Amunay Valério Thomaz Junior, observando que o "latinha" (sic) ouvia, captava e recebia muitas coisas abundantes. Disse que o Banco do Governo ao emitir postões refletiu apenas

a atuação de um Prefeito sério, competente e com a exata noção de responsabilidade que cumpria aos que exercem a função pública. Sua comentários sobre as críticas recebidas quanto a área de saúde no município, concordando os argumentos da oposição como improponíveis, destacando o trabalho incansável que vinha sendo desenvolvido pelo Prefeito Blau Ponce priorizando os investimentos para a assistência médica e assim, Cabo Frio também atendeu a população de outros municípios do interior do Litoral, que infelizmente não investiam convenientemente os recursos recebidos. Destacou que a ampliação do Estádio Ponce não atendeu a exigências dos mais importantes da comunidade Cabofriense e atendendo também ao crescimento natural do município e a importância do futebol profissional no contexto do município que propiciava a criação histórica de Cabo Frio. Disse que considerava tais críticas negativas não apenas para o Governo, mas, para o próprio município, não indicando também qualquer solução que pudesse ser seguida pela Administração Municipal concluindo que tais críticas na tribuna tenham como objetivo apenas fins de caráter político sem qualquer fundamento. Na direção dos trabalhos o Senhor Presidente Vinícius Júnior Trindade Amorim esclareceu que nove emendas foram desaprovadas e, que o emenda do nacionalista não o primeiro a ser aprovada pelo ato administrativo, e assim, não houve nenhum tipo de intervenção política em tal questão. Disse que o Estádio seria ampliado para que Cabo Frio pudesse receber as equipes do Vasco, Flamengo e outras equipes maiores colocando o município na mídia com essas condições, e mais, que a Cabofriense não permaneceria na primeira divisão com a contratação de novos atletas. Prosseguiu, seu discurso o Senador Amaury Valério abordou ainda a questão dos semieletros entregues que não haviam sido utilizados pelo Governo José Bonifácio, causando enorme prejuízo aos cofres públicos, e assim na fundamental que a crítica tivesse ou sugere o que não era o caso, pois a falta de Semieletros do PBT. Disse o líder do Governo que era dever dos Vereadores contribuir para o município ser digno dos seus habitantes, com futebol, com turismo, com saúde e com a

educação, e mais, com os festejos, o povo necessitava da alegria, da
 shows, da música e tudo mais deixado pelos antigos Governos, bem como
 o Vereador Gáurio dos Santos Mendes abordou o questionário de remédios com
 dados de realidade reunidos em fevereiro de 2000 e entregados em abril do
 mesmo ano pelo atual Governador. Interrompendo o debate o Orador disse
 que o representante estava faltando com a verdade. Intervindo o Senhor Pre-
 sidente disse que o Vereador Gáurio Mendes havia ultra passado o tempo
 regulamentar de debate. Concluindo o Orador Amunay Valério disse ser fun-
 damental que os Vereadores ao estabelecerem suas críticas e outros argumen-
 tos deveriam ter a profeta noção da realidade administrativa do municí-
 pio. Não havendo mais Oradores inscritos para o uso da tribuna, o
 Senhor Presidente concluiu os trabalhos para a Ordem do Dia. Nesta eta-
 pa, foi aprovado parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça
 e encaminhado para a Comissão de Urbanização e Obras Públicas o Projeto de
 Lei nº 012/2001. Foram encaminhadas para a Comissão de Constituição e
 Justiça os seguintes Projetos: Projeto de Lei nº 013, 014, 015, 016/2001 fo-
 ram aprovados os requerimentos nº 043 e 045/2001 e as Indicações nºs
 153, 162, 166, 168, 169, 171 e 172/2001. Não havendo mais matérias
 para serem apreciadas, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em
 nome de Deus. E, para constar, declarou que se lavrasse a presente Ata,
 que depois de lida, submetida a apreciação jurídica, aprovada, será enca-
 mada para que produza seus efeitos legais.



Ata da Segunda Sessão Ordinária do Primeiro Período Le-
 gislativo da Câmara Municipal
 de Cabo Frio, realizada no dia
 24/um e quatro de abril do
 ano de 2001 (dois mil e um)

edição desta ata do dia 24/um e